

ANEXO 06

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DOS COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS CONSTITUÍDOS PELOS AEROPORTOS INTEGRANTES DO BLOCO NOROESTE E BLOCO SUDESTE.

[], 2021

ESTADO DE SÃO PAULO
representado pela Secretaria Estadual de Logística e Transportes

[CONCESSIONÁRIA]

[BANCO DEPOSITÁRIO]

AGÊNCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP)
na qualidade de interveniente-anuente

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS
referente à Concessão Aeroportuária do Bloco [Noroeste/Sudeste]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS¹¹

Pelo presente Instrumento Particular de CONTRATO de Administração de Contas ("**CONTRATO**"), as PARTES:

- (1) O ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representado pela Secretaria Estadual de Logística e Transportes ("**ESTADO DE SÃO PAULO ou PODER CONCEDENTE**");
- (2) ☐ ("**CONCESSIONÁRIA**");
- (3) ☐, na qualidade de BANCO DEPOSITÁRIO e administrador das contas objeto do presente CONTRATO ("**BANCO DEPOSITÁRIO**"); e
- (4) A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do ESTADO DE SÃO PAULO, inscrita no CNPJ sob o nº 05.051.955/0001- 91, com sede na Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi – São Paulo/SP, por seu Diretor Geral, Sr. ☐, portador do RG nº ☐ e CPF nº ☐ ("**ARTESP**" e, em conjunto com o ESTADO DE SÃO PAULO, a CONCESSIONÁRIA, e o BANCO DEPOSITÁRIO, as "**PARTES**" e, individual e indistintamente, "**PARTE**").

CONSIDERANDO QUE:

- (A) o PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA celebraram o CONTRATO nº ☐, com data de ☐ (o "**CONTRATO DE CONCESSÃO**"), referente à operação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO Bloco ☐, conforme o CONTRATO DE CONCESSÃO (o "**PROJETO**");
- (B) nos termos da Cláusula 33.6 do CONTRATO DE CONCESSÃO, as RECEITAS TARIFÁRIAS e RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS auferidas pela CONCESSIONÁRIA devem ser vertidas para a CONTA CENTRALIZADORA (conforme definido abaixo), cuja movimentação será regulada por meio do presente instrumento;
- (C) as PARTES concordam em assinar o presente CONTRATO, com o objetivo de regular as movimentações da CONTA CENTRALIZADORA, nos termos deste CONTRATO;

¹¹ Essa é uma minuta referencial, podendo eventualmente sofrer ajustes ou adequações pactuadas pelas PARTES, quando da celebração deste CONTRATO, a fim de assegurar que as premissas materiais do funcionamento das contas bancárias aqui disciplinado sejam atendidas de forma adequada.

RESOLVEM as PARTES firmar o presente CONTRATO, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo.

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo quando houver disposição em contrário, os termos iniciados em letras maiúsculas deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o CONTRATO DE CONCESSÃO. Além disso, os termos a seguir serão compreendidos de acordo com os respectivos significados conforme especificado abaixo:

- (i) **"Administração Temporária"** – tem o significado atribuído no Acordo Tripartite, caso celebrado, ou nos termos da Cláusula Trigésima Terceira do CONTRATO DE CONCESSÃO, caso o Acordo Tripartite não seja celebrado.
- (ii) **"Agente"** – significa o representante do conjunto de FINANCIADORES, tais como o banco líder ou coordenador ou terceiro indicado pelos FINANCIADORES, inclusive AGENTE fiduciário, perante a ARTESP e o ESTADO DE SÃO PAULO, a quem cabe o exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos, nos termos dos Contratos de Financiamento e conforme o Acordo Tripartite, caso celebrado.
- (iii) **"Assunção de Controle"** – tem o significado atribuído no Acordo Tripartite, caso celebrado, ou nos termos do CONTRATO DE Concessão, caso o Acordo Tripartite não seja celebrado.
- (iv) **"Banco Depositário"** – é o agente financeiro revestido de poderes para realizar a movimentação de recursos e administração das contas bancárias de que trata o presente CONTRATO, selecionado pelas PARTES e remunerado pela CONCESSIONÁRIA.
- (v) **"Conta Centralizadora"** – significa a conta corrente nº [], de titularidade da CONCESSIONÁRIA na agência [] do [banco].
- (vi) **"Conta de Livre Movimentação ARTESP"** – significa a conta corrente nº [], de titularidade da ARTESP na agência [] do [banco].
- (vii) **"Conta de Livre Movimentação Concessionária"** – significa a conta corrente nº [], de titularidade da CONCESSIONÁRIA na agência [] do [banco].
- (viii) **"Conta de Livre Movimentação Poder Concedente"** – significa a conta corrente nº [], de titularidade do ESTADO DE SÃO PAULO na agência [] do [banco].
- (ix) **"Contratos de Financiamento"** – significa os contratos e instrumentos de financiamento que venham a ser celebrados entre os FINANCIADORES e a CONCESSIONÁRIA, com o objetivo de financiar os serviços indicados no CONTRATO DE CONCESSÃO, conforme venham a ser aprovados pelo ESTADO DE SÃO PAULO.
- (x) **"Data de Encerramento"** – significa a data em que todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Concessão forem cumpridas, conforme atestado pelo

ESTADO DE SÃO PAULO.

- (xi) **"Documentos da Concessão"** – significa a totalidade dos documentos celebrados com o ESTADO DE SÃO PAULO relacionados com a Concessão, incluindo, mas não se limitando ao presente Contrato, o CONTRATO DE CONCESSÃO e, caso celebrado, o Acordo Tripartite, juntamente com todos os documentos anexos e acessórios aos referidos instrumentos.
- (xii) **"Investimentos Permitidos"** - Significa os seguintes ativos: [•], devendo tais ativos serem administrados por instituição financeira de primeira linha.
- (xiii) **"Notificação de Exercício"** – tem o significado atribuído na Cláusula 4.1.
- (xiv) **"Plano de Reestruturação"** – tem o significado atribuído no Acordo Tripartite, caso celebrado.
- (xv) **"Relatório Mensal"** – significa o relatório preparado mensalmente pela CONCESSIONÁRIA, informando a diferença entre (i) a receita auferida pela CONCESSIONÁRIA nos sistemas por ela administrados em determinado mês; e (ii) o efetivo fluxo de aeronaves que trafegaram no Complexo Aeroportuário no referido mês.
- (xvi) **"Termo de Adesão"** – significa o documento assinado pelo AGENTE, na qualidade de representante dos FINANCIADORES, substancialmente nos termos do Anexo ao presente CONTRATO, por meio do qual o AGENTE adere aos termos deste Contrato, sem prejuízo de ajustes acordados entre as PARTES.
- (xvii) **"Transferência da Concessão"** – tem o significado atribuído no Acordo Tripartite, caso celebrado, ou nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO nas disposições que tratam da transferência de controle, caso o Acordo Tripartite não seja celebrado.

1.2. Nenhuma das cláusulas do presente CONTRATO altera ou modifica quaisquer obrigações da CONCESSIONÁRIA com relação ao ESTADO DE SÃO PAULO e a ARTESP, tal como estabelecidas no CONTRATO DE CONCESSÃO.

2. DEPÓSITO NA CONTA CENTRALIZADORA

2.1. As PARTES concordam que, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO, a totalidade dos recursos decorrentes das RECEITAS TARIFÁRIAS e das RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS do PROJETO deverá ser depositada diretamente na CONTA CENTRALIZADORA.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá praticar todos os atos necessários para fazer creditar diretamente na CONTA CENTRALIZADORA a totalidade das RECEITAS TARIFÁRIAS e das RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS relacionadas com o PROJETO, incluindo, mas não se limitando, o envio de notificação a todas as partes envolvidas no pagamento, depósito, intermediação ou transferência das RECEITAS TARIFÁRIAS e das RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS à CONCESSIONÁRIA, instruindo tais partes sobre o depósito da totalidade dos valores devidos

diretamente na CONTA CENTRALIZADORA, sem quaisquer compensações, descontos, retenções ou qualquer outra forma de redução.

2.3. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso venha a receber diretamente quaisquer valores relacionados com as RECEITAS TARIFÁRIAS ou as RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS, deverá providenciar o depósito da totalidade dos valores recebidos na CONTA CENTRALIZADORA no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento, vedada a realização de compensação quanto a quaisquer créditos que possa ter, sob pena da aplicação das penalidades previstas na Cláusula 11.2.

3. MOVIMENTAÇÕES DA CONTA CENTRALIZADORA

3.1. Os valores decorrentes das RECEITAS TARIFÁRIAS e RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS depositados na CONTA CENTRALIZADORA devem ser transferidos pelo BANCO DEPOSITÁRIO observada a seguinte ordem de preferência²:

- (i) 1% (um por cento) do valor depositado na CONTA CENTRALIZADORA, correspondente à OUTORGA VARIÁVEL, deve ser transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO PODER CONCEDENTE;
- (ii) 0,5% (meio por cento) do valor depositado na CONTA CENTRALIZADORA, correspondente ao ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, deve ser transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO ARTESP;
- (iii) Qualquer valor devido pela CONCESSIONÁRIA ao ESTADO DE SÃO PAULO ou à ARTESP no âmbito do CONTRATO DE CONCESSÃO, já líquido e exigível após o encerramento, se o caso, de regular processo administrativo, deve ser transferido para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO ARTESP e/ou à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO PODER CONCEDENTE, caso assim a ARTESP informe ao BANCO DEPOSITÁRIO, com demonstração da liquidez e exigibilidade dos valores, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável por qualquer erro ou imprecisão das informações referentes a esta operação;
- (iv) O saldo residual, após a dedução dos incisos (i), (ii) e (iii) acima, da CONTA CENTRALIZADORA deve ser transferido à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO CONCESSIONÁRIA.

3.2. As transferências de que trata a Cláusula 3.1 acima, salvo o inciso (iii), serão realizadas pelo

² A periodicidade das movimentações poderá ser negociada entre as Partes antes da assinatura do presente instrumento, observada a obrigação de transferir os valores à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE em periodicidade máxima mensal, ou seja, o intervalo máximo entre transferências à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE será de 1 (um) mês, podendo ser acordadas transferências diárias e semanais (por exemplo), mas nunca excedendo o período de um mês entre transações.

BANCO DEPOSITÁRIO automaticamente para as contas bancárias acima indicadas, sem a necessidade de notificação adicional, respeitada a ordem de preferência disposta acima, até o limite de sua disponibilidade.

3.3. A CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA terá sua movimentação condicionada ao disposto neste CONTRATO e no CONTRATO DE CONCESSÃO, cabendo à CONCESSIONÁRIA arcar com todos os encargos e taxas relacionados a manutenção da Conta.

3.4. Para eventuais valores a serem transferidos da CONTA CENTRALIZADORA, que não estejam expressamente disciplinados na Cláusula 3.1, incisos (i) e (ii) acima, as PARTES reconhecem que caberá a ARTESP enviar comunicação ao BANCO DEPOSITÁRIO, com a instrução de desembolso, junto com a demonstração da liquidez e exigibilidade dos valores.

3.5. Cada transferência dos valores mencionado na Cláusula 3.1, inciso (iii), e 3.4 acima não poderá superar 1% (um por cento) do valor depositado na CONTA CENTRALIZADORA, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar quantas transferências forem necessárias, respeitado tal limite, até que o saldo devedor total seja devidamente transferido.

3.6. Quando da adesão do AGENTE ao presente CONTRATO ou, na hipótese em que a CONCESSIONÁRIA e os FINANCIADORES submetam minuta alternativa, poderá ser proposta para aprovação do ESTADO DE SÃO PAULO priorização distinta da prevista na Cláusula 3.1 acima.

3.7. A CONTA CENTRALIZADORA terá sua movimentação exclusivamente condicionada ao disposto nesta Cláusula.

3.8. As PARTES poderão pactuar os termos e condições para a criação e operacionalização de contas específicas para a movimentação de recursos oriundos da CONTA CENTRALIZADORA, após a devida apuração do recurso a ser movimentado, considerando a sua finalidade específica.

3.9. A criação de contas específicas de que trata a Cláusula 3.8 acima não altera as prerrogativas das PARTES quanto à movimentação dos recursos envolvidos.

3.10. A CONCESSIONÁRIA, neste ato, outorga ao BANCO DEPOSITÁRIO todas as autorizações necessárias para movimentar a CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do presente CONTRATO.

3.11. Para os fins deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA renuncia ao direito de sigilo bancário em relação às informações da CONTA CENTRALIZADORA, de acordo com o artigo 1º, §3º, inciso V, da Lei Complementar nº 105/2001, autorizando o BANCO DEPOSITÁRIO a divulgar as

informações relacionadas com a CONTA CENTRALIZADORA à ARTESP e ao ESTADO DE SÃO PAULO e, caso seja celebrado o TERMO DE ADESÃO, ao AGENTE, na qualidade de representante dos FINANCIADORES.

3.12. Sempre que solicitado pela ARTESP e/ou pelo ESTADO DE SÃO PAULO ou, caso seja celebrado o TERMO DE ADESÃO, pelo AGENTE, na qualidade de representante dos FINANCIADORES, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, informações sobre a CONTA CENTRALIZADORA, incluindo saldos, extratos e históricos de investimentos, depósitos e transferências.

3.13. As PARTES concordam que a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar a aplicação dos valores depositados na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA em INVESTIMENTOS PERMITIDOS, desde que tais valores não estejam programados para transferência, nos termos deste CONTRATO.

4. EXERCÍCIO DOS DIREITOS DOS FINANCIADORES

4.1. Em caso de ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA, a ASSUNÇÃO DE CONTROLE ou a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO (“NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO”), os FINANCIADORES notificarão o BANCO DEPOSITÁRIO.

4.2. Caso seja enviada NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO para o BANCO DEPOSITÁRIO, as PARTES concordam que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá suspender todas as transferências de valores da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO CONCESSIONÁRIA até o recebimento, pelo BANCO DEPOSITÁRIO, de instruções do AGENTE (a) conforme a Cláusula 4.3 abaixo; ou (b) conforme venha a ser previsto no PLANO DE REESTRUTURAÇÃO aprovado pela ARTESP.

4.3. A partir da data em que o BANCO DEPOSITÁRIO receber NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO e até a data em que o BANCO DEPOSITÁRIO receber o PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, as PARTES concordam que os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA que seriam transferidos à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO CONCESSIONÁRIA deverão ser utilizados somente conforme instruções do AGENTE. Os valores a serem transferidos à CONTA LIVRE MOVIMENTAÇÃO ARTESP e à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO PODER CONCEDENTE devem seguir normalmente o fluxo estabelecido na Cláusula 3.1.

4.4. As PARTES concordam que as instruções do AGENTE deverão ser atendidas pelo BANCO DEPOSITÁRIO até a data em que o BANCO DEPOSITÁRIO receber:

- (i) notificação do AGENTE revogando a NOTIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO anteriormente enviada; ou
- (ii) notificações do AGENTE informando novas instruções de transferência, nos termos do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO aprovado.

4.5. Após o recebimento, pelo BANCO DEPOSITÁRIO, do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA deverão ser transferidos pelo BANCO DEPOSITÁRIO na forma prevista no PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.

4.6. As PARTES se obrigam a enviar ao BANCO DEPOSITÁRIO, no prazo de 1 (um) dia útil, todas as informações solicitadas pelo BANCO DEPOSITÁRIO para cumprimento das transferências da CONTA CENTRALIZADORA indicadas no PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.

4.7. Após o cumprimento dos termos do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, as PARTES concordam que as transferências envolvendo a CONTA CENTRALIZADORA voltarão a seguir o disposto na Cláusula 3.1.

5. INVESTIMENTOS PERMITIDOS

5.1. As PARTES concordam que a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar a aplicação dos valores depositados na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA em INVESTIMENTOS PERMITIDOS, desde que tais valores não tenham sido objeto de transferência ou não estejam programados para transferência nos termos deste CONTRATO.

5.2. As aplicações em INVESTIMENTOS PERMITIDOS deverão estar de acordo com a legislação vigente e apresentar a liquidez necessária, para permitir a utilização de tais montantes pelo BANCO DEPOSITÁRIO, conforme previsto neste CONTRATO e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO, sendo que:

- i. todas as aplicações em INVESTIMENTOS PERMITIDOS serão feitas com recursos da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na referida conta;
- ii. os rendimentos oriundos dos INVESTIMENTOS PERMITIDOS, deduzidos os tributos e as despesas devidas, serão creditados na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA;
- iii. as PARTES isentam o BANCO DEPOSITÁRIO de qualquer responsabilidade caso o saldo disponível na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA não seja aplicado por ausência de envio de solicitação pela CONCESSIONÁRIA;
- iv. o BANCO DEPOSITÁRIO não agirá na qualidade de consultor financeiro das demais

PARTES; e

- v. os recursos depositados na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA somente poderão ser investidos em INVESTIMENTOS PERMITIDOS caso tais investimentos estejam estritamente de acordo com os termos dispostos neste CONTRATO

5.3. A aplicação em INVESTIMENTOS PERMITIDOS somente será realizada no primeiro dia útil subsequente ao recebimento da respectiva solicitação enviada pela CONCESSIONÁRIA, na qualidade de titular da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, e desde que os recursos estejam disponíveis na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA no dia do recebimento da solicitação.

5.4. As autorizações para realização e resgate de INVESTIMENTOS PERMITIDOS deverão ser realizadas mediante envio de solicitação à gerência responsável do BANCO DEPOSITÁRIO, por meio do endereço eletrônico [·].

5.5. As solicitações deverão ser enviadas até às [·] horas para serem cumpridas no mesmo dia. Solicitações enviadas após tal horário serão processadas no dia útil subsequente.

6. DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS

6.1. A CONCESSIONÁRIA manterá, na qualidade de fiel depositária, a posse de todos os documentos relacionados à CONTA CENTRALIZADORA, incluindo demonstrativos de saldos e extratos, documentos celebrados com o BANCO DEPOSITÁRIO para abertura e manutenção da CONTA CENTRALIZADORA.

6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá praticar todos os atos necessários à existência e boa conservação dos documentos referidos na Cláusula 6.1 acima.

6.3. O ESTADO DE SÃO PAULO e a ARTESP e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, o AGENTE, representante dos FINANCIADORES, poderão, a qualquer momento, solicitar à CONCESSIONÁRIA informações relativas a tais documentos, bem como a sua apresentação.

6.3.1 A CONCESSIONÁRIA deverá atender à solicitação prevista na Cláusula 6.3 supra em até 5 (cinco) dias do seu recebimento, ou em prazo menor para atender determinação legal, sempre observada a complexidade da solicitação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA se obriga a:

- (i) remunerar o BANCO DEPOSITÁRIO pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO no valor de [□].
- (ii) arcar com todos os encargos e taxas para garantir a manutenção da CONTA CENTRALIZADORA.
- (iii) manter a CONTA CENTRALIZADORA ativa, livre e desembaraçada durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
- (iv) garantir que todos os pagamentos referentes às RECEITAS TARIFÁRIAS e RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS sejam depositados diretamente na CONTA CENTRALIZADORA.
- (v) não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO relativas à movimentação da CONTA CENTRALIZADORA;
- (vi) elaborar e apresentar à PARTES os RELATÓRIOS MENSASIS;
- (vii) dar ciência, por escrito, dos termos e condições deste CONTRATO e dos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO, a seus administradores e prepostos, para que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e suas condições;
- (viii) encaminhar à ARTESP e ao ESTADO DE SÃO PAULO e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, ao AGENTE, informações sobre qualquer negócio jurídico, deliberação societária ou medida que possa afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste CONTRATO;
- (ix) informar, em até 1 (um) dia útil, à ARTESP e ao ESTADO DE SÃO PAULO e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, ao AGENTE, qualquer problema que possa resultar em atrasos ou no impedimento do depósito da RECEITA TARIFÁRIA e da RECEITA NÃO TARIFÁRIA na CONTA CENTRALIZADORA;
- (x) informar, em até 1 (um) dia útil, à ARTESP e ao ESTADO DE SÃO PAULO e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, ao AGENTE, o conhecimento de (a) qualquer informação que possa resultar em bloqueio ou oneração da CONTA CENTRALIZADORA; ou (b) qualquer ato ou informação que possa, de qualquer forma, prejudicar o cumprimento do presente CONTRATO;
- (xi) durante o período de vigência do presente CONTRATO, manter verdadeiras as declarações prestadas neste instrumento;
- (xii) manter sempre válidas, em vigor e em perfeita ordem todas as autorizações eventualmente necessárias à execução deste CONTRATO;
- (xiii) cumprir tempestivamente todas as obrigações assumidas no presente CONTRATO;
- (xiv) somente utilizar a CONTA CENTRALIZADORA para as finalidades previstas neste CONTRATO e não ceder direitos ou constituir ônus, gravames, encargos, restrições ou preferências de qualquer natureza sobre a CONTA CENTRALIZADORA;
- (xv) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários

para a manutenção da CONTA CENTRALIZADORA, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, a CONTA CENTRALIZADORA e todos os direitos dela decorrentes, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a CONCESSIONÁRIA venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa os termos do presente CONTRATO.

8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. A CONCESSIONÁRIA declara e garante que:

- (i) é sociedade devidamente constituída de acordo com as leis e regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;
- (ii) tem capacidade para firmar este CONTRATO e praticar os atos nele contemplados;
- (iii) foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos societários para que o presente CONTRATO fosse validamente assinado;
- (iv) a celebração deste CONTRATO e a assunção das obrigações dele decorrentes estão de acordo com seus atos constitutivos e tem plena eficácia;
- (v) as pessoas que assinam este CONTRATO em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas;
- (vi) a celebração deste CONTRATO e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste CONTRATO dos quais a CONCESSIONÁRIA, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que, na data de assinatura deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial que, na data de assinatura deste CONTRATO, afete a CONCESSIONÁRIA, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;
- (vii) é a única titular da CONTA CENTRALIZADORA que, na presente data, está livre e desembaraçada de quaisquer ônus, gravames, encargos ou restrições de qualquer natureza;
- (viii) a CONTA CENTRALIZADORA não é, na data de assinatura deste CONTRATO, objeto de qualquer ação judicial, extrajudicial ou administrativa que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e/ou os termos do presente CONTRATO; e
- (ix) não há, na data de assinatura deste CONTRATO, qualquer motivo que permita a

qualquer terceiro realizar quaisquer descontos dos valores relacionados com o pagamento das RECEITAS TARIFÁRIAS e/ou RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS ou que impeça a realização dos depósitos previstos neste CONTRATO.

8.2. O BANCO DEPOSITÁRIO declara e garante que:

- (i) a CONTA CENTRALIZADORA foi devidamente aberta de acordo com as normas específicas, estando apta para a realização das movimentações previstas no presente CONTRATO e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO.
- (ii) é instituição financeira devidamente constituída e autorizada a funcionar de acordo com as leis e regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;
- (iii) tem capacidade para firmar este CONTRATO e praticar os atos nele contemplados, tendo todas as autorizações regulatórias para prática dos atos previstos neste CONTRATO;
- (iv) foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos para que o presente CONTRATO fosse validamente assinado;
- (v) a celebração deste CONTRATO e a assunção das obrigações dele decorrentes estão de acordo com seus atos constitutivos e tem plena eficácia; e
- (vi) as pessoas que assinam este CONTRATO em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas.

9. DO BANCO DEPOSITÁRIO

9.1. Por meio deste CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO é nomeado para prestar os serviços de custódia de recursos financeiros depositados na CONTA CENTRALIZADORA, sendo o único e exclusivo responsável pela movimentação dos recursos mantidos na CONTA CENTRALIZADORA, em estrita obediência ao disposto neste CONTRATO.

9.2. O BANCO DEPOSITÁRIO poderá renunciar livremente ao exercício de suas funções, mediante simples notificação à ARTESP, ao ESTADO DE SÃO PAULO, à CONCESSIONÁRIA e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, ao AGENTE, a ser entregue com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de sua efetiva exoneração, permanecendo investido de todas as atribuições inerentes à custódia dos recursos financeiros depositados na CONTA CENTRALIZADORA, até a sua efetiva substituição.

9.3. Caso o BANCO DEPOSITÁRIO renuncie ao exercício de suas funções antes do término de vigência deste CONTRATO, caberá à CONCESSIONÁRIA, com consentimento da ARTESP e do ESTADO DE SÃO PAULO, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação de renúncia, contratar outra instituição financeira, permanecendo o BANCO DEPOSITÁRIO no exercício de suas

atribuições até o encerramento do prazo mencionado na Cláusula acima ou a sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro.

9.4. A efetiva substituição mencionada na Cláusula acima ocorrerá mediante assinatura de termo aditivo pelo qual o BANCO DEPOSITÁRIO cederá sua posição contratual, ficando a nova instituição financeira investida em todos os direitos, poderes, privilégios e deveres do BANCO DEPOSITÁRIO no âmbito do presente CONTRATO.

9.5. Em 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do aditivo contratual de que trata a Cláusula 9.4, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá resgatar a totalidade dos valores investidos, nos termos dos INVESTIMENTOS PERMITIDOS, e transferir qualquer saldo existente na CONTA CENTRALIZADORA, observada as regras de movimentação previstas na Cláusula 3.1 deste CONTRATO.

9.6. Sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá:

- (i) caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, permitir ao AGENTE, independentemente de anuência ou consulta prévia da CONCESSIONÁRIA, o livre acesso à consulta da CONTA CENTRALIZADORA para cumprimento do disposto neste CONTRATO;
- (ii) atender, independentemente de anuência ou consulta prévia da CONCESSIONÁRIA, todas as ordens da ARTESP e do ESTADO DE SÃO PAULO que estiverem amparadas pelos DOCUMENTOS DA CONCESSÃO e, caso o TERMO DE ADESÃO seja celebrado, do AGENTE relacionadas ao cumprimento do presente CONTRATO, devendo, inclusive, (a) nas hipóteses previstas neste CONTRATO, bloquear a CONTA CENTRALIZADORA; e (b) transferir recursos da CONTA CENTRALIZADORA, na forma prevista neste CONTRATO;
- (iii) zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste CONTRATO e observar, em sua execução, as disposições deste CONTRATO; e
- (iv) permanecer no exercício de suas funções em caso de sua substituição até a celebração de respectivo aditamento ao presente CONTRATO.

10. VIGÊNCIA

10.1. Este CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a DATA DE ENCERRAMENTO.

10.2. As PARTES concordam que, não obstante o disposto na Cláusula 10.1 acima, enquanto o

BANCO DEPOSITÁRIO não for devidamente notificado sobre a DATA DE ENCERRAMENTO, a remuneração prevista neste CONTRATO continuará sendo devida.

10.3. Após a DATA DE ENCERRAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir qualquer saldo remanescente que ainda exista na CONTA CENTRALIZADORA, observados os termos e a ordem de preferência previstos na Cláusula 3.1 deste CONTRATO. Uma vez que o saldo da CONTA CENTRALIZADORA esteja zerado, a CONTA CENTRALIZADORA será automaticamente encerrada, ficando o BANCO DEPOSITÁRIO desde já autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.

10.4. As PARTES concordam que o BANCO DEPOSITÁRIO tem o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para iniciar a operacionalização deste CONTRATO, contado da data em que o BANCO DEPOSITÁRIO receber a sua via assinada deste CONTRATO e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada.

10.5. A vigência deste CONTRATO está vinculada à vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO.

11. PENALIDADES

11.1. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso deixe de cumprir qualquer disposição do presente CONTRATO na forma e/ou no prazo aqui estabelecido, estará sujeita ao pagamento das perdas e/ou danos eventualmente incorridos pelas demais PARTES.

11.2. Adicionalmente, no caso de descumprimento de obrigações de depósito ou transferência de valores referentes às RECEITAS TARIFÁRIAS e RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS para a CONTA CENTRALIZADORA, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita às penalidades previstas na Cláusula 5.3.3.1 do CONTRATO DE CONCESSÃO.

11.3. As PARTES concordam que as penalidades previstas nesta Cláusula poderão ser exigidas independente e sem prejuízo das demais penalidades previstas nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO.

11.4. A exigência de qualquer penalidade prevista nesta Cláusula não impede a PARTE prejudicada de exigir o cumprimento da obrigação descumprida ou isenta a CONCESSIONÁRIA do cumprimento de tal obrigação.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As PARTES concordam de forma irrevogável e irretratável que:

- (i) este CONTRATO expressamente dispõe sobre todas as atribuições do BANCO DEPOSITÁRIO com relação a todas e quaisquer questões pertinentes a este CONTRATO;
- (ii) o BANCO DEPOSITÁRIO terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme previsto neste CONTRATO, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação;
- (iii) o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável perante quaisquer das PARTES em virtude do cumprimento dos referidos mandados, sentenças ou decisões judiciais, não obstante estes mandados, sentenças ou decisões judiciais sejam posteriormente alterados, revogados ou anulados;
- (iv) o BANCO DEPOSITÁRIO não presta qualquer declaração quanto à validade, valor ou autenticidade de qualquer documento ou instrumento detido por ou a ele entregue;
- (v) a CONCESSIONÁRIA pagará ou reembolsará o BANCO DEPOSITÁRIO, mediante solicitação, de quaisquer tributos incidentes ou que venham a incidir sobre a operacionalização deste CONTRATO, bem como indenizará e isentará o BANCO DEPOSITÁRIO de quaisquer valores que este seja obrigado a pagar no tocante a referidos tributos, desde que devidamente comprovados;
- (vi) o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível;
- (vii) o BANCO DEPOSITÁRIO não está obrigado a verificar a veracidade das notificações que lhe forem entregues pelas demais PARTES e não será, de nenhuma forma, responsabilizado por eventuais fatos danosos delas decorrentes;
- (viii) o BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações deste CONTRATO;
- (ix) o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável se os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA forem bloqueados por ordem judicial; e
- (x) o BANCO DEPOSITÁRIO não terá responsabilidade em relação a qualquer outro instrumento celebrado entre a CONCESSIONÁRIA, o ESTADO DE SÃO PAULO, os FINANCIADORES e o AGENTE, não devendo, sob nenhum pretexto ou fundamento, ser chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as PARTES ou intérprete das condições ali estabelecidas.

12.2. O presente CONTRATO obriga as PARTES e seus sucessores.

12.3. Para possibilitar o exercício dos direitos decorrentes do presente CONTRATO, o AGENTE (i)

enquanto o ACORDO TRIPARTITE não for celebrado, poderá celebrar o TERMO DE ADESÃO a qualquer momento e enquanto o presente CONTRATO estiver vigente; ou (ii) caso o ACORDO TRIPARTITE seja celebrado, deverá assinar o TERMO DE ADESÃO na data de celebração do ACORDO TRIPARTITE.

- 12.4. Após a assinatura do TERMO DE ADESÃO, as PARTES concordam que o AGENTE será considerado como parte do presente CONTRATO, passando, para todos os fins, a integrar as definições "PARTE" e "PARTES".
- 12.5. Fica desde já acordado que, após a assinatura do TERMO DE ADESÃO, as PARTES e o AGENTE poderão celebrar aditamento ao presente CONTRATO, com o objetivo de adequar os termos do CONTRATO às normas, políticas e aprovações internas dos FINANCIADORES. As PARTES concordam que o referido aditamento não poderá implicar prejuízo aos direitos, às garantias e às faculdades outorgadas ao ESTADO DE SÃO PAULO por meio dos DOCUMENTOS DA CONCESSÃO.
- 12.6. As disposições do CONTRATO DE CONCESSÃO complementam o presente CONTRATO para efeito de interpretação e perfeito entendimento dos negócios aqui tratados.
- 12.7. Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer cláusula do presente CONTRATO, a PARTE prejudicada poderá exigir da PARTE inadimplente, se cabível, a execução específica da obrigação devida.
- 12.8. Qualquer alteração ao presente CONTRATO só será considerada válida, exigível e eficaz se feita por escrito e assinada por todas as PARTES ou seus sucessores.
- 12.9. Os direitos de cada PARTE previstos neste CONTRATO (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO; e (ii) só admitem renúncia específica e por escrito.
- 12.10. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente CONTRATO não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.
- 12.11. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente CONTRATO.
- 12.12. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada inválida e/ou ineficaz, as PARTES deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e

com os mesmos efeitos.

12.13. As comunicações a serem enviadas por quaisquer das PARTES nos termos deste CONTRATO deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i. Se para o PODER CONCEDENTE: ☐
- ii. Se para a ARTESP: ☐
- iii. Se para a CONCESSIONÁRIA: ☐
- iv. Se para o BANCO DEPOSITÁRIO: ☐

12.14. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima.

12.15. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias após o envio da mensagem.

12.16. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais PARTES pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 3 (três) dias contados da sua ocorrência.

12.17. Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste CONTRATO sem anuência das demais PARTES, ressalvada as hipóteses (i) de o BANCO DEPOSITÁRIO ceder total ou parcialmente seus direitos à empresa pertencente ao seu conglomerado econômico e desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste CONTRATO; e (ii) disposta no Acordo Tripartite ou no CONTRATO DE CONCESSÃO.

12.18. O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela Parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.

12.19. Este CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

12.20. As PARTES elegem o foro da Comarca de ☐, Estado de ☐, para dirimir quaisquer questões oriundas deste CONTRATO.

Anexo 06 – Complexo Aeroportuário | Bloco Noroeste e Bloco Sudeste

As PARTES firmam o presente CONTRATO em [] ([]) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[local], [] de [] de []

[Página de assinaturas a seguir]

Anexo 06 – Complexo Aeroportuário | Bloco Noroeste e Bloco Sudeste

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de CONTRATO de Administração de Contas, celebrado em [•] de [•] de [•])

ESTADO DE SÃO PAULO, representado Secretaria Estadual de Logística e Transporte

Por:

Nome:

Cargo:

[CONCESSIONÁRIA]

Por:

Nome:

Cargo:

[BANCO DEPOSITÁRIO]

Por:

Nome:

Cargo:

ARTESP

Por:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG nº:

CPF nº:

2. _____

Nome:

RG nº:

CPF nº:

ANEXO I
MODELO DE TERMO DE ADESÃO**TERMO DE ADESÃO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS**

Pelo presente Termo de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas ("**TERMO DE ADESÃO**"), as PARTES:

- (1) [], na qualidade de AGENTE dos FINANCIADORES ("**AGENTE**"), investido de mandato com poderes bastantes e irrevogáveis para a representação dos FINANCIADORES, conforme os CONTRATOS DE FINANCIAMENTO;
 - (2) O ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato representado pela Secretaria Estadual de Logística e Transportes ("**ESTADO DE SÃO PAULO**");
 - (3) A ARTESP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.051.955/0001-91, com sede na Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi – São Paulo/SP, por seu Diretor Geral, Sr. [], portador do RG nº [] e CPF nº [] ("**ARTESP**");
 - (4) [] ("**CONCESSIONÁRIA**");
- e, na qualidade de BANCO DEPOSITÁRIO e administrador das contas objeto do presente CONTRATO,
- (5) [] ("**BANCO DEPOSITÁRIO**") e, em conjunto com o AGENTE, o ESTADO DE SÃO PAULO, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, as "**PARTES**" e, individual e indistintamente, "**PARTE**";

CONSIDERANDO QUE:

- (A) o ESTADO DE SÃO PAULO, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA celebraram o CONTRATO nº [], com data de [] (o "**CONTRATO DE CONCESSÃO**"), referente à operação, manutenção e a realização dos investimentos necessários no COMPLEXO AEROPORTUÁRIO integrante do(s) Bloco(s) [], conforme o CONTRATO DE CONCESSÃO (o "**Projeto**");
- (B) em [] de [] de [], o ESTADO DE SÃO PAULO, a ARTESP, a CONCESSIONÁRIA e o BANCO DEPOSITÁRIO celebraram o Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas ("**CONTRATO**"), com o objetivo de regular as movimentações da CONTA CENTRALIZADORA;
- (C) os FINANCIADORES celebraram com a CONCESSIONÁRIA os seguintes instrumentos de dívida, os quais representam, na presente data, a totalidade das dívidas tomadas pela CONCESSIONÁRIA para o financiamento do PROJETO: (i) [nome], [data de celebração], [valor], [Credor], [vencimento]; e (ii) [nome], [data de celebração], [valor], [Credor], [vencimento] (em conjunto "**CONTRATOS DE FINANCIAMENTO**");
- (D) os FINANCIADORES nomearam o AGENTE, nos termos dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e respectivas garantias, para representar a coletividade dos FINANCIADORES;

Anexo 06 – Complexo Aeroportuário | Bloco Noroeste e Bloco Sudeste

(E) com fundamento no CONTRATO DE CONCESSÃO, o AGENTE, o ESTADO DE SÃO PAULO, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA celebraram em [] de [] de [] o ACORDO TRIPARTITE; e

(F) com o objetivo de possibilitar ao AGENTE exercer os direitos e obrigações previstos no ACORDO TRIPARTITE, as PARTES decidem assinar o presente TERMO DE ADESÃO;

RESOLVEM as PARTES firmar o presente TERMO DE ADESÃO, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo.

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste TERMO DE ADESÃO, salvo quando houver disposição em contrário, os termos iniciados em letras maiúsculas deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o CONTRATO e com o CONTRATO DE CONCESSÃO.

2. ADESÃO DO AGENTE

2.1. O AGENTE neste ato adere integralmente aos termos e condições do CONTRATO, como se fosse signatário original do referido instrumento, comprometendo-se a, de forma irrevogável e irretratável, observar todos os termos, condições, direitos, pretensões, ações e obrigações decorrentes do CONTRATO, assumindo todas as responsabilidades, ônus e obrigações dele decorrentes.

2.2. As demais PARTES se obrigam a tratar o AGENTE como se fosse signatário original do CONTRATO, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos no CONTRATO.

3. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE

3.1. O AGENTE declara e garante que:

- (i) é sociedade devidamente constituída de acordo com as leis e regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;
- (ii) tem capacidade para firmar este TERMO DE ADESÃO e praticar os atos contemplados nele e no CONTRATO;
- (iii) foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos para que o presente TERMO DE ADESÃO fosse validamente assinado;
- (iv) a celebração deste TERMO DE ADESÃO e a assunção das obrigações decorrentes dele e do CONTRATO estão de acordo com seus atos constitutivos e tem plena eficácia; e
- (v) as pessoas que assinam este TERMO DE ADESÃO em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas do CONTRATO.

4.2. As comunicações a serem enviadas por quaisquer das PARTES para o AGENTE nos termos do CONTRATO deverão ser encaminhadas para o seguinte endereço: [].

4.3. As PARTES concordam que o presente TERMO DE ADESÃO poderá ser alterado ou complementado conforme as informações aqui contidas se tornem desatualizadas ou incorretas.

Anexo 06 – Complexo Aeroportuário | Bloco Noroeste e Bloco Sudeste

Estando assim certas e ajustadas, as PARTES, firmam este TERMO DE ADESÃO em [] vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

[local], [] de [] de []

[Assinaturas]